



VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

01) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal.
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios e a Capital Federal, todos autônomos nos termos da Constituição Federal.
- c) a União, os Estados, os Territórios e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal.

02) Ao Supremo Tribunal Federal compete processar e julgar, originariamente:

- a) ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais em face de Constituição Estadual, por injunção do princípio da jurisdição constitucional.
- b) ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face de Constituição Estadual, por injunção do princípio da jurisdição constitucional.
- c) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal.
- d) ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal.

03) A ação direta de inconstitucionalidade poderá ser proposta:

- a) pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa de Assembleia Legislativa, por Governador de Estado, pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional ou por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b) pelo Presidente da República, pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.
- c) pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.
- d) pelo Presidente da República, por Governador de Estado, pelo Ministro da Justiça ou pelo Procurador-Geral da República.

04) A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta:

- a) pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara



dos Deputados, pela Mesa de Assembléia Legislativa, por Governador de Estado ou pelo Procurador-Geral da República.

b) pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.

c) pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por partido político com representação no Congresso Nacional ou por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

d) pelo Presidente da República, por Governador de Estado, por partido político com representação no Congresso Nacional ou pelo Procurador-Geral da República.

05) A Emenda à Constituição será promulgada:

a) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

b) pela Mesa da Câmara dos Deputados, exclusivamente.

c) pela Mesa do Senado Federal, exclusivamente.

d) pelo Presidente da República, por se tratar de ato que prepara a execução.

06) Projeto de lei, já aprovado pelo Congresso Nacional, será enviado ao Presidente da República para:

a) promulgação, em qualquer hipótese, inexistente a figura do veto.

b) sanção, em qualquer hipótese, vedada a possibilidade de qualquer veto.

c) promulgação, salvo na hipótese de o Presidente da República considerar o projeto, no seu todo, contrário ao interesse público ou inconstitucional.

d) sanção, podendo ser vetado o projeto, total ou parcialmente, se o Presidente da República considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público.

07) Nos termos da Constituição Federal:

a) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recurso a ela inerentes.

b) não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

c) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei trabalhista, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior do Trabalho.

d) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa o exigir para os reconhecidamente pobres.

08) Nos termos da Constituição Federal:

a) qualquer pessoa é parte legítima para impetrar habeas data visando a garantia da gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos.

b) qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da



União.

- c) os planos de previdência social serão prestados a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, após cinco anos de trabalho, ao homem, e, após três, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais.
- d) só os filhos havidos da relação do casamento terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

09) Nos termos da Constituição Federal:

- a) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita exclusivamente aos analfabetos.
- b) ninguém será considerado inocente até o trânsito em julgado de sentença penal absolutória.
- c) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular.
- d) é permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) é da competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- b) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- c) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- d) é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

11) Assinale a alternativa correta:

- a) o Conselho da República é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados exclusivamente com o Estatuto da Magistratura.
- b) o Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam, exclusivamente, o Vice-Presidente da República e os Ministros Militares.
- c) o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.
- d) o Conselho de Defesa Nacional é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam, exclusivamente, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



12) Assinale a alternativa correta:

- a) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- c) o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.
- d) o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela Câmara dos Deputados.

13) Nos termos da Constituição Federal:

- a) o mandado de injunção pode ser impetrado por partido político, com ou sem representação no Congresso Nacional, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) o mandado de injunção somente pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

14) A competência da União para emitir moeda será exercida:

- a) exclusivamente pelo Banco Central.
- b) exclusivamente pela Caixa Econômica Federal.
- c) pela Caixa Econômica Federal, em colaboração com a secretaria da receita federal.
- d) pela Caixa Econômica Federal, que poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.



15) Assinale a alternativa correta:

- a) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- b) compete exclusivamente aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional ingressar em juízo em defesa dos direitos e interesses dos índios, suas comunidades e organizações, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- c) compete exclusivamente ao Procurador-Geral da República ingressar em juízo em defesa dos direitos e interesses dos índios, suas comunidades e organizações, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- d) compete exclusivamente às ONG's (organizações não governamentais) ingressar em juízo em defesa dos direitos e interesses dos índios, suas comunidades e organizações, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

16) Cuidando-se de revogação do ato praticado por agente público, é correta a assertiva:

- a) defere-se ao Judiciário a competência para revogação, com retroação dos efeitos "ex tunc".
- b) defere-se ao Judiciário a competência para a revogação, com retroação dos efeitos "ex nunc".
- c) defere-se à Administração Pública a competência para a revogação, com retroação dos efeitos "ex tunc".
- d) defere-se à Administração Pública a competência para a revogação, com retroação dos efeitos "ex nunc".

17) Em se tratando de responsabilidade civil da Administração Pública, é certo afirmar-se que:

- a) a teoria do risco administrativo obriga à reparação do dano, desde que comprovada a falta de serviço.
- b) é fundamental a presença da culpa administrativa, mesmo que levíssima.
- c) a teoria do risco exige que se demonstre que a lesão a direito da parte decorreu de ação ou omissão da Administração.
- d) a teoria do risco obriga à indenização de todo e qualquer dano suportado por terceiros.

18) Assinale a alternativa correta:

- a) autarquia é pessoa jurídica de direito público interno, exercente de função delegada pelo Estado, criada por lei e com patrimônio próprio.
- b) autarquia é pessoa jurídica de direito público interno, criada por lei, com patrimônio próprio e funções típicas do Estado, sem vínculo de subordinação hierárquica.



c) autarquia é pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com patrimônio próprio e exercendo funções típicas do ente que a criou.

d) autarquia é pessoa jurídica de direito público interno, com vínculo jurídico de subordinação hierárquica em relação ao ente que a criou, com patrimônio próprio e atividades próprias voltadas preponderantemente para a área econômica da atividade social.

19) Assinale a alternativa correta:

a) a Administração Pública, direta, indireta ou fundacional, obedecerá aos princípios da legalidade, pessoalidade, moralidade e publicidade.

b) a coisa julgada administrativa pode ser conceituada como um ato administrativo com força jurisdicional.

c) atestado é ato administrativo negocial, no qual se comprova uma situação de fato já ocorrida, perante a Administração.

d) somente por lei específica poderá ser criada empresa pública, dependendo de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiária dessa entidade.

20) Quanto à desapropriação por utilidade pública, pode-se afirmar que:

a) o poder expropriante não poderá valer-se do procedimento expropriatório para constituir servidão.

b) os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, somente poderão ser objeto de reivindicação se fundada esta em nulidade absoluta do processo de desapropriação.

c) a contestação do expropriado somente poderá versar sobre impugnação do preço.

d) aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de área contígua terá direito a reclamar perdas e danos do expropriante.

21) Os atos administrativos:

a) somente podem ser editados pelo Poder Executivo.

b) veiculam, de regra, a vontade da Administração Pública.

c) não podem ser executados diretamente pela Administração Pública em todas as hipóteses que envolvam bens patrimoniais particulares.

d) dependem sempre de homologação por órgão superior para serem dotados de eficácia plena.

22) Sobre o alcance da Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial das instituições financeiras, é correto afirmar-se que:

a) estão sujeitas aos termos dessa lei as instituições públicas não federais, as instituições financeiras privadas, excluindo-se as cooperativas de crédito, por serem pessoas jurídicas de direito privado, que não se vinculam à captação de poupança



popular.

- b) os administradores e membros do Conselho Fiscal das instituições financeiras responderão, a qualquer tempo, pelos atos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido, não podendo ser alegada a ocorrência da prescrição extintiva.
- c) das decisões do liquidante sempre caberá recurso, com efeito suspensivo, dentro de 10 (dez) dias da respectiva ciência, para o Banco Central do Brasil, em única instância.
- d) apurados, no curso da liquidação, seguros elementos de prova, mesmo indiciária, da prática de contravenções penais ou crimes, por parte de qualquer dos administradores e membros do Conselho Fiscal, o liquidante os encaminhará ao órgão do Ministério Público, para que este promova a ação penal.

23) Quanto à licitação é correto afirmar-se que:

- a) o contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária.
- b) não poderá ser realizada, segundo a Constituição Federal, no trimestre anterior ao pleito eleitoral.
- c) a garantia prestada pelo contratado não será liberada após a execução do contrato, pois vincula-se ao valor total do fornecimento, da obra, serviço, compra ou alienação.
- d) o procedimento licitatório será sigiloso, sendo públicos e acessíveis ao público apenas os atos de seus procedimentos.

24) Quanto ao regime jurídico dos bens da União Federal:

- a) são dotados de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.
- b) são dotados de inalienabilidade, indivisibilidade e imprescritibilidade.
- c) podem ser alienados, se desafetados da dominialidade pública, nos termos da lei, inserindo-se na qualidade de bens reservados à venda.
- d) a desafetação do bem de uso especial depende de ato do Poder Executivo, no qual fique acertada a destinação pública desse bem.

25) Acerca do contrato administrativo, é correto afirmar-se que:

- a) a alteração unilateral do contrato somente é cabível quando ocorrerem alterações no projeto inicial, ou nas especificações técnicas, para melhor adequá-lo em seu valor substancial, não podendo, de qualquer modo, exceder a 15% do seu valor inicial, devidamente corrigido.
- b) a “exceptio non adimpleti contractus” não é aplicável no direito administrativo, pela impossibilidade de ser suspenso o cumprimento do contrato.
- c) no contrato administrativo não se indaga da boa-fé do contratado, pois somente é de ser invocado o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) a cláusula “rebus sic stantibus”, também conhecida como teoria da imprevisão, deve ser empregada como instrumento de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato, pela ocorrência de evento imprevisível, alheio à



conduta das partes contratantes.

26) Acerca da intervenção do Estado na atividade econômica, é correto afirmar-se que:

- a) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, preferencialmente sob o regime de concessão, a prestação do serviço público.
- b) de acordo com a Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida, salvo quando necessária para atender ao interesse social.
- c) a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.
- d) o Estado deverá fiscalizar, incentivar e planejar a atividade econômica regulando desta forma o setor público e o setor privado.

27) Ao praticar ato inserto dentro da órbita de sua competência, aparentemente legal, mas valendo-se de meios e motivos imorais, o agente público agiu com:

- a) excesso de poder.
- b) desvio de intenções.
- c) abuso de competência.
- d) desvio de finalidade.

28) Acerca da desapropriação para fins de reforma agrária é correto afirmar-se que:

- a) são suscetíveis de desapropriação a pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra.
- b) são suscetíveis de desapropriação as propriedades produtivas de monocultura.
- c) são suscetíveis de desapropriação as terras públicas com área superior a 2.500 hectares.
- d) são insuscetíveis de desapropriação a pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra.

29) A contribuição de melhoria somente poderá ser instituída:

- a) pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) pela União, no exercício de sua competência residual.
- c) pelos Estados e Distrito Federal, mediante convênio com regiões metropolitanas.
- d) pelos Municípios, no exercício de sua competência concorrente.

30) No regime da Constituição Federal, o imposto sobre grandes fortunas é:

- a) imposto novo, de competência da União, com reserva de lei complementar.
- b) imposto sobre a propriedade de bens suntuários e, até que sobrevenha lei complementar, é cobrado juntamente com o imposto sobre a propriedade territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.



- c) imposto que objetiva desestimular as propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas, desde que exploradas pelo próprio proprietário que outras não tenha.
- d) imposto que, nos termos da lei federal vigente, somente incide sobre embarcações de luxo, aeronaves e ilhas de uso particular.

31) Lei que cria contribuição social para seguridade social poderá incidir:

- a) sobre fatos ocorridos antes do início de sua vigência, por se tratar de exceção ao princípio da segurança jurídica.
- b) sobre fatos que vierem a ocorrer a partir da data de sua publicação, como corolário do princípio da participação democrática.
- c) sobre fatos que vierem a ocorrer a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.
- d) sobre fatos que vierem a ocorrer após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

32) Nos termos da Constituição Federal, não gozam de competência tributária:

- a) os Estados, porque não são dotados de Poder Legislativo próprio.
- b) o Distrito Federal, desde a entrada em vigor do texto de 1988.
- c) os Territórios Federais, porque não são dotados de Poder Legislativo próprio.
- d) os Municípios, porque não são dotados de autonomia política.

33) Os casos de imunidade tributária estão definidos:

- a) na própria Constituição Federal.
- b) na lei complementar que regula as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- c) na lei instituidora do tributo.
- d) na Constituição Federal, mas a emenda constitucional poderá restringir as situações imunizadas.

34) Nos termos da Constituição Federal, quem exportar produto industrializado ao exterior:

- a) sujeita-se ao pagamento do IPI, até que sobrevenha lei complementar isentiva.
- b) é imune ao IPI.
- c) está isento do pagamento do IPI, pela lei reguladora do tributo.
- d) sujeita-se ao pagamento do IPI, até que sobrevenha lei federal isentiva.

35) Nos termos da Constituição Federal, as contribuições sociais, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro, podem ser cobradas:

- a) dos trabalhadores, sem obediência ao princípio da legalidade.
- b) dos empregadores, obedecido o princípio da legalidade.
- c) dos trabalhadores, obedecido o princípio da legalidade.
- d) dos empregadores, sem obediência ao princípio da legalidade, mediante decreto



regulamentar.

36) Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

- a) contribuição de intervenção no domínio econômico, definida em lei complementar.
- b) contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.
- c) contribuição social, dos empregadores, incidente sobre o lucro, que só poderá ser exigida após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado.
- d) imposto extraordinário, em caso de calamidade pública ou sua iminência, com aplicação dos recursos vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

37) O imposto sobre importação de produtos estrangeiros:

- a) não se submete ao princípio da anterioridade, podendo suas alíquotas ser alteradas pelo Poder Executivo, dentro dos limites e condições estabelecidos em lei.
- b) não se submete ao princípio da irretroatividade.
- c) não se submete ao princípio da anterioridade, mas somente poderá ser exigido após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que o houver instituído ou alterado suas alíquotas.
- d) não se submete ao princípio da legalidade, mas somente poderá ser exigido no exercício financeiro subsequente à publicação da lei que o instituir.

38) O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência de:

- a) imposto de importação e de exportação.
- b) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- c) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- d) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

39) O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza:

- a) será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.
- b) será progressivo no tempo, atendendo à função social da renda.
- c) poderá ter suas alíquotas alteradas pelo Poder Executivo nos limites e condições estabelecidos em lei.
- d) poderá ser exigido após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que o houver instituído ou aumentado.

40) A Constituição Federal fixou a obrigatoriedade do princípio da não-cumulatividade ao



imposto sobre:

- a) transmissão causa mortis e doação.
- b) propriedade predial e territorial urbana.
- c) produtos industrializados.
- d) propriedade territorial rural.

41) Nos termos da Constituição Federal, as transmissões inter vivos são tributáveis:

- a) apenas pelos Estados e Distrito Federal.
- b) pelos Municípios, se a título gratuito; pelos Estados e Distrito Federal, se a título oneroso.
- c) pelos Municípios, se a título oneroso; pelos Estados e Distrito Federal, se a título gratuito.
- d) apenas pelos Municípios.

42) Nos termos da Constituição Federal, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, a União poderá instituir:

- a) impostos extraordinários, mediante lei complementar.
- b) impostos extraordinários, mediante lei ordinária.
- c) empréstimos extraordinários, mediante lei complementar.
- d) empréstimos compulsórios, mediante lei complementar.

43) Nos termos da Constituição Federal, o Distrito Federal, dentro do seu território, poderá instituir:

- a) apenas os impostos federais.
- b) apenas os impostos estaduais e municipais.
- c) apenas os impostos estaduais.
- d) apenas os impostos municipais.

44) “A” e “B”, em dificuldades financeiras, necessitavam de US\$ 3.000 (três mil dólares) para pagamento de dívidas já vencidas. Resolveram conseguir o dinheiro de qualquer forma. Assim, como possuíam cédulas de US\$ 1 (um dólar americano), acordaram apor fragmentos de cédulas de US\$ 100 (cem dólares), de modo a conseguir a quantia desejada. A manobra foi um sucesso, pois somente através de aparelhagem era possível constatar a modificação. Praticaram o crime de:

- a) moeda falsa, sendo competente a Justiça Federal.
- b) moeda falsa, sendo competente a Justiça Estadual.
- c) crime assimilado ao de moeda falsa, sendo competente a Justiça Federal.
- d) falsificação de papel público, sendo competente a Justiça Federal.

45) “A”, estudante de Direito, após prova seletiva, foi admitido como estagiário da Justiça Federal. Antes de iniciar o exercício de suas funções junto a uma Vara Cível da



mesma Justiça foi procurado por “B”, seu conhecido, que tinha interesse em determinado processo, que lhe pediu para acelerar um processo. “A” exigiu uma vantagem e, descoberta a trama, foi impedido de estagiar naquela Vara Cível, sendo cancelada sua admissão. “A” praticou o crime de:

- a) excesso de exação, considerado como funcionário público.
- b) extorsão, não sendo considerado funcionário público.
- c) concussão, sendo considerado funcionário público.
- d) estelionato, não sendo considerado funcionário público.

46) “A”, estrangeiro, foi expulso do Brasil, por ingressar irregularmente no território nacional. Deixou sua namorada e partiu saudosos. Mantinha correspondência com a mesma, até que, irregularmente, reingressou no território nacional, sendo processado e condenado. A solução para o caso é a seguinte:

- a) considera-se crime contra a administração pública.
- b) não há crime, pelos motivos apresentados que elidem o dolo.
- c) desconsiderado o motivo, há crime de reingresso de estrangeiro.
- d) considera-se o motivo como erro de tipo, punível por culpa.

47) “A”, que atua no mercado financeiro com valores mobiliários, registrou determinados títulos de forma irregular. Em seguida, ofereceu para venda os referidos títulos, que não foram comercializados. A conduta de “A” deve ser considerada:

- a) tentativa de crime contra o sistema financeiro nacional.
- b) conduta irrelevante no âmbito penal, mas relevante no administrativo.
- c) crime consumado contra o sistema financeiro nacional.
- d) crime contra a administração pública.

48) “A”, traficante de substância entorpecente, possuía uma quantidade de dinheiro e necessitava movimentá-la. Ofereceu a “B”, que utilizou-se para a aquisição de um imóvel, em nome de sua empresa, o que deixou “A” satisfeito. Descoberta a trama, não foi possível denunciar “A”, porque nada foi encontrado que pudesse demonstrar o crime de tráfico de substância entorpecente. Entretanto, com relação à conversão do dinheiro, os indícios permitiram atribuir a “B” a aquisição de imóvel, incompatível com sua situação financeira. De acordo com a legislação em vigor:

- a) “B” praticou crime de lavagem de dinheiro, consumado.
- b) “B” não poderá responder pelo crime, porque “A” não foi denunciado.
- c) “A” praticou crime de lavagem de dinheiro, sendo “B” mero instrumento.
- d) “B” somente pode ser denunciado, após denúncia de “A”.

49) “A”, proprietário de loja de artigos e acessórios de informática, inclusive com a venda de produtos importados regularmente, expôs à venda, em local pouco visível de sua loja, uma impressora importada dos Estados Unidos da América do Norte, com manual



somente em inglês. Um cliente, curioso, conseguiu examinar a impressora, mas não se interessou, porque não havia manual em português. “A”, diante daquele fato, ocultou a impressora, em outro local da loja. A conduta de “A” deve ser considerada:

- a) tentativa de crime contra o consumidor.
- b) crime consumado contra o consumidor.
- c) inexistência de crime contra o consumidor.
- d) crime de propaganda enganosa contra o consumidor.

50) O erro de tipo, na teoria adotada pelo Código Penal Brasileiro de 1984 (Parte Geral), que exclui o dolo e pune por culpa *stricto sensu* se previsto o tipo culposo em lei, tem por base, na moderna doutrina penal, o fundamento filosófico do finalismo de Hans Welzel. Assim, podemos afirmar que o dolo e a culpa passaram da culpabilidade (direito penal clássico) para a ação (no finalismo), porque:

- a) o conhecimento da ilicitude tinha por fundamento o *ser* separado do objeto do conhecimento, podendo o agente atingi-lo.
- b) o dolo e a culpa eram nexos psicológicos que poderiam ficar melhor situados na ação ou no tipo.
- c) a consciência da ilicitude não podia ser provada e, assim, o dolo e a culpa não seriam demonstráveis empiricamente.
- d) o *ser* e o objeto do conhecimento eram “*a priori*” e, portanto, estavam contidos no tipo penal.

51) “A”, gerente de uma empresa, praticou o crime previsto no artigo 54 da Lei 9.605/98, de forma dolosa, consistente em causar poluição com destruição significativa da flora. Foi condenado a cumprir a pena de 1 (hum) ano de reclusão, não sendo responsabilizada a pessoa jurídica, porque não se beneficiou com a ação criminosa. Resolveu, ainda, a sentença substituir a pena privativa de liberdade pela interdição temporária de direitos, consistente na proibição de contratar com o Poder Público. Esta substituição será pelo prazo:

- a) idêntico ao da pena privativa de liberdade, aplicando-se a fórmula prevista no Código Penal, preenchidos os requisitos da lei ambiental.
- b) pelo prazo de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado até 10 (dez) anos, desde que justificado e preenchidos os requisitos da lei ambiental.
- c) pelo prazo de 2 (dois) anos, desde que reparado o dano e justificada a substituição na sentença, preenchidos os requisitos da lei ambiental.
- d) pelo prazo de 5 (cinco) anos, por determinação legal, preenchidos os requisitos previstos na lei ambiental.

52) “A” e “B” seqüestraram “C”, com a finalidade de obter vantagem econômica ilícita, como condição do resgate. Telefonaram para familiares e exigiram uma determinada quantia, além de informarem qual a forma de pagamento. No dia combinado para a



entrega do dinheiro, algumas horas antes, “B” foi preso e, esclarecido sobre os benefícios que teria caso facilitasse a libertação de “C”, forneceu elementos capazes de libertar a vítima. Todavia, conforme as orientações apresentadas, deveriam os policiais aguardar o período da noite, quando haveria apenas uma pessoa vigiando o local. Os familiares, impacientes, entregaram o dinheiro a “A”. Posteriormente, com os elementos fornecidos por “B”, a polícia libertou “C”. No caso, a colaboração de “B” poderá resultar em:

- a) diminuição da pena, caso seja condenado em Juízo.
- b) absolvição em Juízo, porque ajudou a polícia a esclarecer o fato.
- c) seu crime não será considerado hediondo.
- d) não terá benefícios, porque o dinheiro foi entregue.

53) No dia-a-dia, costuma-se afirmar, nas notícias pela imprensa falada e escrita, que determinada pessoa quando pratica um crime **infringe a lei penal, isto é, age contra a lei penal**. Esta afirmativa já não teve mais sentido, a partir do momento em que se diferenciou o conceito de norma do de lei penal. Assim, o agente passou a ser considerado um infrator do ordenamento em seu conjunto, que agiu de acordo com a lei penal, ou seja, praticou um fato típico. Esta modificação ocorreu:

- a) na Escola-Positiva naturalista de Lombroso e Ferri.
- b) na adequação social, que sucedeu ao finalismo.
- c) na Escola Positivista-Jurídica, que antecedeu ao finalismo.
- d) na Escola Finalista de Hans Welzel.

54) Na hipótese de uma autoridade judiciária admitir sua competência em conflito com uma autoridade administrativa, que também reconhece ser competente para a mesma matéria, há no caso:

- a) um conflito de competência.
- b) um conflito de jurisdição.
- c) um conflito de atribuição.
- d) um conflito de autoridades.

55) Nos procedimentos investigatórios que versem sobre ações praticadas por organizações criminosas, o acesso a informações fiscais, bancárias ou eleitorais, praticadas pelo Juiz para preservar o sigilo constitucional, caracteriza uma atuação:

- a) ínsita à atividade jurisdicional, com base no princípio do contraditório.
- b) supletiva da atividade investigatória da autoridade policial.
- c) de natureza judicante, ínsita ao poder inquisitivo.
- d) acessória à atividade do Ministério Público, na área federal.

56) As medidas assecuratórias de seqüestros de bens, previstas na lei de “lavagem” de dinheiro, decretadas mediante representação da autoridade policial, com indícios



suficientes, serão levantadas:

- a) caso o inquérito policial não se encerre em 60 (sessenta) dias da decretação.
- b) caso o Ministério Público requeira novas diligências, com prazo de 30 (trinta) dias.
- c) caso a denúncia, apresentada após 60 (sessenta) dias da diligência, não seja recebida e o réu citado nos próximos 20 (vinte) dias.
- d) caso a ação penal não se inicie no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data da conclusão da diligência.

57)O mandado de segurança contra ato jurisdicional terá como autoridade coatora sempre um juiz ou um tribunal e, neste caso, a competência terá por base:

- a) a qualificação e hierarquia da autoridade coatora.
- b) o tipo penal objeto do processo principal.
- c) a jurisdição da autoridade coatora e do Ministério Público.
- d) a natureza da questão objeto da segurança.

58)O Juiz, na fixação da pena, com base em elementos da prova, não contidos na denúncia, ao condenar o réu, poderá:

- a) acolher fato não contido na denúncia, desde que a pena seja igual ao do crime objeto da acusação.
- b) reconhecer fato não contido na denúncia, como circunstância atenuante não prevista expressamente no Código Penal.
- c) reconhecer fato não contido na denúncia, como qualificadora, diante da periculosidade do réu.
- d) reconhecer circunstância agravante, contida na denúncia, para aplicar a pena acima do máximo legal.

59)O Tribunal, ao apreciar uma Revisão Criminal, na qual o condenado pede uma redução da pena, julgando-a procedente, poderá:

- a) reconhecer uma nulidade absoluta e, ao conceder **habeas corpus** de ofício, anular o processo e determinar a soltura do réu.
- b) reconhecer que há nulidade absoluta, mas não conhecer da revisão criminal porque, na data do julgamento, foi juntada certidão de óbito do réu.
- c) reconhecer que há nulidade absoluta, mas não acolhê-la porque não constou expressamente do pedido do réu.
- d) reconhecer que há nulidade absoluta, mas não acolhê-la porque o Ministério Público não a ratificou na sua manifestação.

60)Uma quadrilha organizada praticou crimes de tráfico de armas e, com o auxílio de agente da administração pública, que recebeu vantagem como condição de omitir atos administrativos, conseguiu adquirir várias propriedades. Os integrantes da quadrilha foram condenados a 5 (cinco) anos de reclusão e multa, pelo crime de ocultação da



origem de propriedade de bens. O agente da administração pública foi condenado a 4 (quatro) anos de reclusão e multa. Quanto aos efeitos da condenação, será aplicado, respectivamente, aos membros da quadrilha e ao agente da administração:

- a) seqüestro dos bens, inclusive os particulares, para leilão e cumprimento da pena em regime fechado.
- b) leilão dos bens e doação a entidades assistenciais e suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.
- c) perda, em favor da União, dos bens objeto do crime e interdição para exercício de cargo ou função pública pelo prazo de 8 (oito) anos.
- d) perda, em favor da União, dos bens objeto do crime e interdição para o exercício de cargo ou função pública pelo prazo de 10 (dez) anos.

61) O intérprete que tenha prestado depoimento no processo e, no mesmo processo, um perito que tenha participado anteriormente de diligência de apreensão, quanto aos impedimentos:

- a) como auxiliares da justiça, estarão impedidos, por equiparação das funções.
- b) não se equiparam nas funções, sendo o intérprete suspeito e o perito impedido.
- c) ambos são suspeitos, embora não se equiparem nas funções.
- d) não são auxiliares da justiça, porque não funcionários, não tendo impedimentos.

62) A imputação de um fato na denúncia, pelo Ministério Público, que tenha por base um inquérito policial, poderá, sob o prisma da nulidade, apresentar-se inepta ou sem justa causa. Acolhida a nulidade, as conseqüências são as seguintes:

- a) a inépcia e a falta de justa causa determinam o trancamento da ação penal.
- b) a inépcia determina o trancamento da ação penal e a falta de justa causa, a absolvição do acusado.
- c) o juiz pode reconhecer a inépcia, mas só o Tribunal ajusta causa por habeas corpus.
- d) a inépcia determina a nulidade do processo desde o início, e falta de justa causa o trancamento da ação penal.

63) A renúncia ao recurso formulada pelo réu, ou ainda a desistência, em desacordo com seu procurador ou advogado, terão efeitos, quando:

- a) na primeira houver concordância do procurador ou advogado, e na segunda ficar demonstrado que o recurso é prejudicial ao réu.
- b) na primeira houver concordância do procurador ou advogado, e na segunda, embora prejudicial, prevalecer a defesa técnica.
- c) deve ser levada em conta somente a defesa técnica, não prevalecendo quando houver divergência com o réu.
- d) deve prevalecer a vontade do réu, em ambas as hipóteses, mesmo que isto lhe acarrete violação do princípio da ampla defesa.



64) O bem ambiental:

- a) é de propriedade da União.
- b) é de uso comum do povo e fundamental para a administração pública.
- c) é essencial à sadia qualidade de vida impondo-se à coletividade o dever de preservá-lo.
- d) é de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo em face de sua natureza jurídica de bem disponível.

65) Nos contratos de consumo:

- a) a nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato.
- b) as declarações de vontade constantes de escritos particulares não vinculam necessariamente o fornecedor em face do princípio da harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo.
- c) a inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
- d) não se admite cláusula resolutória em face do princípio da transparência das relações de consumo.

66) Tendo em vista os vícios dos atos jurídicos, reserva mental é:

- a) a emissão de uma declaração não querida em seu conteúdo, tampouco em seu resultado, tendo por único objetivo enganar o declaratório.
- b) o emprego de um artifício astucioso para induzir alguém à prática de um ato que o prejudica e aproveita ao autor que empregou o artifício ou a terceiro.
- c) qualquer pressão física ou moral exercida sobre a pessoa, os bens ou a honra de um contratante para obrigá-lo a efetivar certo ato negocial.
- d) a declaração enganosa da vontade exprimindo um negócio jurídico bilateral ou unilateral, não havendo intenção de realizar ato negocial algum.

67) Os danos resultantes das atividades nucleares:

- a) comportam limitações no tocante ao valor da indenização sendo permitida a tarifação.
- b) englobam não só as instalações nucleares como também o uso de radioisótopos.
- c) estão ligados a responsabilidade civil subjetiva decorrente do risco da atividade.
- d) prescrevem em dez anos, entre presentes, e, entre ausentes, em vinte, contados da data em que poderiam ter sido propostas as ações reais.

68) A função social da cidade:

- a) tem como fundamento constitucional o direito de propriedade (Art. 5º, XXII).
- b) tem o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de duzentos mil habitantes, como seu instrumento fundamental visando



efetivamente assegurar o direito do cidadão.

c) está ligada à política de desenvolvimento urbano, como um de seus objetivos fundamentais.

d) está ligada à política de desenvolvimento urbano, executada pela União, Estados e Município, como um de seus objetivos fundamentais, dentro dos princípios fundamentais que estabelecem a aplicação das normas de Meio Ambiente Artificial.

69) A ação coletiva destinada à tutela do meio ambiente, desde que respeitados os requisitos constitucionais de cada remédio processual constitucional deverá:

a) receber tratamento direto e primário das normas procedimentais previstas na jurisdição civil coletiva.

b) receber tratamento das regras de direito processual, cujo instrumento adequado e idôneo é o CPC, enquanto cada respectiva ação não possuir seu respectivo específico aparato instrumental-procedimental.

c) ter aplicação como exceção, ainda que de modo subsidiário, em sede de jurisdição civil coletiva.

d) receber tratamento das regras de direito processual individual adaptadas, no que couber, ao procedimento da jurisdição civil coletiva, que não possui regramento próprio.

70) O Código de Defesa do Consumidor legitimou o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, as entidades e órgãos da administração direta e indireta, ainda que sem personalidade jurídica, e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano, à propositura das ações coletivas na defesa dos direitos ali inseridos. Essa legitimação é definida como:

a) exclusiva, em virtude da personalidade jurídica de cada entidade, podendo se dizer o mesmo dos órgãos oficiais.

b) exclusiva, em virtude da personalidade jurídica de cada entidade, à exclusão do Ministério Público, cuja legitimidade decorre diretamente do texto constitucional, vedado ao legislador infraconstitucional limitar a sua atuação em juízo.

c) concorrente e disjuntiva, onde cada um dos co-legitimados pode, sozinho, promover a ação coletiva sem que seja necessária anuência ou autorização dos demais co-legitimados.

d) concorrente para todos os co-legitimados que, sozinhos, podem promover a ação coletiva sem que seja necessária anuência ou autorização dos demais co-legitimados, à exceção do Ministério Público, cuja legitimidade é exclusiva e decorrente de texto constitucional.

71) Não há exigência que os estatutos da associação civil ou dos sindicatos prevejam expressamente a defesa dos direitos metaindividuais como finalidade institucional, sendo legitimados para as ações coletivas quando defenderem valores incluídos na legislação. No entanto, o particular:



- a) poderá ajuizar ação civil pública e pretender indenização, inclusive pessoal.
- b) não poderá promover ação civil pública, tampouco pretender indenização pessoal.
- c) somente poderá propor ação popular, desde que seja cidadão, mas não poderá deduzir pretensão indenizatória para reparação de seu dano pessoal.
- d) não poderá ajuizar ação civil pública, mas terá legitimidade para deduzir pretensão individual com esteio na responsabilidade objetiva do poluidor.

72) A ação civil pública para defesa dos direitos constitucionais difusos é cabível:

- a) para defesa da propriedade privada individual em face do que estabelece o princípio do “devido processo legal”.
- b) para a defesa de direitos dos fornecedores diante de ações propostas por associações de consumidores.
- c) para a defesa dos sindicatos dos trabalhadores em face de imposição de imposto confederativo por parte das confederações de trabalhadores.
- d) para a cessação de práticas que constituam infração à ordem econômica.

73) O ônus da prova:

- a) incumbe ao réu quanto a existência de fato modificativo do direito do autor no âmbito do que estabelece a legislação processual vigente.
- b) cabe a quem alega, no âmbito das relações individuais.
- c) cabe a quem alega, no âmbito das ações coletivas
- d) pode ser invertido no âmbito das relações individuais civis, individuais penais a critério do juiz quando for verossímil a alegação do consumidor e quando ele for hipossuficiente.

74) O exercício da atividade jurisdicional:

- a) é exclusiva do Poder Judiciário, em virtude da independência dos poderes.
- b) é exclusiva do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, no caso de crime de responsabilidade de atos do Presidente do Senado.
- c) é atribuído a justiça desportiva, pois o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotadas as suas próprias instâncias.
- d) admite o chamado juízo arbitral para hipóteses de conflitos de interesses que envolvam o direito da criança e do adolescente.

75) O benefício de prazo elástico em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer:

- a) aplica-se à Ordem dos Advogados do Brasil nos casos em que a mesma tenha legitimidade ativa para a propositura de ação.
- b) aplica-se à Fazenda Pública em decorrência do que estabelece o princípio da isonomia.
- c) não se aplica ao Ministério Público quando o mesmo estiver na condição de



recorrente.

d) aplica-se aos partidos políticos na medida em que a natureza jurídica dos mesmos equipara-se à da Fazenda Pública.

76) A litigância de má-fé:

- a) tem como característica o abuso do direito de defesa.
- b) tem como característica o manifesto propósito protelatório do réu.
- c) é aferida e determinada em face de responsabilidade civil nos mesmos autos, não havendo necessidade de ser ajuizada ação autônoma para tanto.
- d) necessita de requerimento da parte, desde que presentes os requisitos essenciais da petição inicial.

77) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando:

- a) amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos procuradores das partes.
- b) for cônjuge de alguma das partes em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
- c) for companheiro de alguma das partes.
- d) quando alguma das partes for devedora de parentes de seu cônjuge.

78) Aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) as causas entre Organismo Internacional e Município.
- b) mandados de segurança contra ato de autoridade autárquica e estadual.
- c) mandados de segurança e os “habeas data” contra ato de autoridade federal, incluídos os casos de competência dos Tribunais Federais.
- d) os crimes cometidos a bordo de viaturas terrestres, ressalvada a competência da Justiça Militar.

79) Nas ações coletivas, com pedido de natureza difusa ou coletiva:

- a) a coisa julgada será “erga omnes” ou “ultra partes” (mas limitada ao grupo ou categoria).
- b) no caso de improcedência por insuficiência de provas poderá haver autoridade da coisa julgada, dependendo do direito material apontado na causa de pedir.
- c) não haverá autoridade da coisa julgada, ao contrário do que ocorre no sistema da ação popular constitucional.
- d) o próprio autor ou qualquer outro co-legitimado, no caso de improcedência por insuficiência de provas, não poderá repropor a ação, em decorrência do que estabelece o sistema processual em vigor.

80) O princípio da singularidade previsto nos princípios fundamentais dos recursos civis:

- a) não estava previsto expressamente no CPC de 1939.
- b) subsiste no direito vigente decorrente da interpretação sistemática que se faz do princípio da taxatividade dos recursos, e da correlação que deve existir entre os atos do



juiz.

- c) não está previsto na legislação processual civil em vigor.
- d) necessita verificação da forma que o juiz tenha dado ao proferir o ato, no sentido de se constatar o critério utilizado pelo magistrado para determinar a natureza jurídica de seu pronunciamento.

81)O “título executivo instrumentalmente complexo”:

- a) está vinculado à condenação genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
- b) está vinculado ao patrimônio das pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- c) está vinculado aos bens do devedor, presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.
- d) não impede que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

82)A sentença genérica:

- a) não é permitida no sistema processual vigente.
- b) é permitida em face do que estabelece o sistema processual vigente.
- c) é permitida como exceção à regra da proibição de ser proferida diversamente da natureza do pedido do autor.
- d) é permitida como exceção à regra de que deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional, e nos casos cuja relação jurídica é decorrente de origem comum.

83)O tratamento conferido às cautelares em geral, quanto ao início do trintídio para o ajuizamento da ação principal:

- a) é contado da coisa julgada em face da medida cautelar proposta.
- b) é contado do ajuizamento da medida cautelar.
- c) é contado da data de efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida incidentalmente na ação principal.
- d) não pode ter o mesmo tratamento dispensado ao arresto requerido em sede de liquidação extrajudicial.

84)Assinale a alternativa correta:

- a) o procedimento de extradição pressupõe sempre o atendimento da existência de um tratado, o direito de recusa sumária pelo Governo Brasileiro, e o direito de extradição exigível de nosso Estado pelo Estado requerente.
- b) se o Governo recusar a extradição, o ato poderá e deverá ser revisto pelo Poder Judiciário, no caso por decisão do Órgão Especial do Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de decisão confrontada com lei federal.
- c) no caso de brasileiro naturalizado, cujo crime tenha sido cometido anteriormente à



essa condição, a Constituição Federal admite a extradição.

d) a situação determinante para que se processe e defira a extradição é que o extraditando permaneça encarcerado, e que o crime cometido seja de gravidade tal que implique em alteração da ordem política do Estado postulante.

85) Acerca da arbitragem, é correto afirmar-se que:

a) a arbitragem internacional pode ser definida como a via judiciária mais adequada, através da Corte Permanente de Arbitragem de Haia, para a solução pacífica de litígios internacionais.

b) o árbitro internacional é membro permanente do foro arbitral, e sua escolha há de considerar os Estados litigantes envolvidos na disputa, e a existência de um tratado geral de arbitragem.

c) proferida a sentença arbitral, esta tem efeito “erga omnes”, e é sempre definitiva, e sua execução, após julgamento dos recursos, deverá ser processada perante a Corte Permanente de Arbitragem.

d) a sentença arbitral é sempre definitiva, nos termos do tratado geral de arbitragem, cabendo às partes envolvidas o cumprimento da decisão, sob pena de incidirem em ato ilícito, observado o princípio do “pactum sunt servanda”.

86) Assinale a alternativa correta:

a) os navios de guerra submetem-se sempre à jurisdição local, quer quanto à segurança da navegação, à proteção do meio ambiente ou à prevenção de infrações locais, derivadas da passagem pelo mar territorial de estado soberano.

b) a soberania de um Estado sobre seu mar territorial não é absoluta pois sofre restrição quanto à denominada passagem inocente quer de navios mercantes quer de navio de guerra.

c) os navios de guerra submetem-se à jurisdição de seu Estado de origem, mas não gozam de imunidade quando em trânsito por mares e territórios estrangeiros.

d) as aeronaves, sejam pertencentes à empresa privada, sejam pertencentes à companhia controlada pelo respectivo Estado de origem, determinam o regime jurídico internacional a que estão obrigadas, independentemente do pavilhão nacional que ostentem.

87) Assinale a alternativa correta:

a) a assistência social é prestada aos que dela necessitam e que tenham sido filiados à previdência social, em qualquer época, no mínimo por doze meses.

b) a previdência social é sistema dependente de contribuição dos segurados, destinado à proteção dos beneficiários nas contingências previstas em lei.

c) a assistência à saúde é direito exclusivo das pessoas de baixa renda.

d) os objetivos de universalidade da seguridade social compreendem a satisfação total das necessidades individuais dos beneficiários.



88) Assinale a alternativa correta:

- a) o reajustamento de benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real obedece ao critério da equivalência em salários mínimos.
- b) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas tem por base a média dos proventos percebidos no decurso do ano.
- c) o princípio da precedência do custeio não engloba os benefícios e serviços compreendidos na assistência social.
- d) é admitida a filiação de qualquer pessoa à previdência social, mediante contribuição, independentemente de exercício de atividade remunerada.

89) Consiste a renda mensal inicial do benefício:

- a) na média dos salários-de-contribuição apurados, corrigidos monetariamente.
- b) na média dos salários-de-contribuição apurados, corrigidos monetariamente, submetida ao coeficiente de cálculo do benefício conforme as regras do menor e maior valor-teto.
- c) na média dos salários-de-contribuição apurados, corrigidos monetariamente, submetida ao coeficiente de cálculo do benefício.
- d) na média dos salários-de-contribuição apurados, corrigidos monetariamente os vinte e quatro primeiros, submetida ao coeficiente de cálculo do benefício.

90) É devida aposentadoria por invalidez ao segurado especial:

- a) acometido de incapacidade laboral permanente, mediante doze meses de contribuição facultativa, no valor de um salário mínimo.
- b) acometido de incapacidade laboral permanente, mediante comprovação de exercício da atividade vinculante pelo período de doze meses, no valor de um salário mínimo.
- c) acometido de incapacidade laboral temporária após completar 60 anos de idade, no valor de um salário mínimo.
- d) acometido de incapacidade laboral permanente, mediante comprovação de exercício da atividade vinculante pelo período de doze meses, em valor superior ao salário mínimo.

91) É correto afirmar sobre o benefício do auxílio-doença:

- a) depende para sua concessão, em qualquer caso, de período de carência.
- b) não enseja direito à percepção do abono anual.
- c) extingue-se pela recuperação da capacidade laboral ou habilitação para nova atividade e pela transformação em aposentadoria por invalidez ou por idade.
- d) é indevido se o segurado desempenha mais de uma atividade abrangida pelo regime geral e a moléstia prejudica só uma delas.

92) Assinale a alternativa correta:



- a) o início da relação jurídica de seguro social ocorre com o ato de inscrição na previdência social.
- b) a relação jurídica de seguro social se extingue pelo ingresso em nova atividade sem registro em carteira de trabalho.
- c) a perda da qualidade de segurado acarreta a caducidade do direito a benefícios, ressalvados os casos de preenchimento dos requisitos na vigência do estado de filiação.
- d) a relação jurídica de seguro social inicia-se com o ato de inscrição e completa-se, quando for o caso, com o decurso do período de carência.

93) Assinale a alternativa correta:

- a) a existência de pessoa arrolada em qualquer das classes de dependentes exclui do direito às prestações os das classes seguintes.
- b) a condição de dependente da companheira não se caracteriza fora dos casos de união estável que perdure por pelo menos cinco anos.
- c) é direito do filho a qualquer tempo acometido de invalidez a percepção de pensão por morte do ex-segurado.
- d) o filho, com o implemento da maioridade, não perde a condição de dependente do segurado, apenas não mais se presumindo e exigindo-se a comprovação da dependência econômica.

94) Assinale a alternativa correta:

- a) salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos benefícios da aposentadoria e auxílio-doença.
- b) é vedado para todos os efeitos o cômputo de tempo de atividade rural anterior a novembro de 1991.
- c) o direito à percepção de valores não recebidos em vida pelo segurado é intransferível e é vedado o pagamento aos seus dependentes.
- d) não se computa como tempo de serviço o período em que o segurado esteve na inatividade recebendo auxílio-doença.

95) Assinale a alternativa correta:

- a) o direito à constituição do crédito previdenciário extingue-se em dez anos, interrompido o prazo recomeçando ele a correr pela metade do tempo.
- b) a certidão negativa de débito é documento de expedição pelos órgãos da previdência social destinado a apresentação à fiscalização previdenciária sempre que solicitado.
- c) só em casos de fundada suspeita de débito ou infração é permitido o exame da contabilidade da empresa pela fiscalização previdenciária.
- d) a responsabilidade pelo recolhimento da contribuição do produtor rural sobre ele recai apenas quando vende seus produtos no varejo diretamente ao consumidor ou a



adquirente domiciliado no exterior.

96) Assinale a alternativa correta:

- a) a representação judicial do I.N.S.S. por advogado constituído independe da apresentação de instrumento de mandato.
- b) os recursos interpostos de sentenças proferidas em ações previdenciárias são recebidos apenas no efeito devolutivo.
- c) é obrigatório o cômputo de tempo de serviço objeto de sentença proferida em processo de justificação judicial.
- d) as sentenças proferidas contra o I.N.S.S. estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

97) Assinale a alternativa correta:

- a) o direito de recesso defere ao acionista o direito de retirar-se da sociedade, sem reembolso de suas ações, no caso de serem estas nominativas.
- b) o direito de recesso é de ser deferido ao dissidente em relação à deliberação da Assembléia Geral, caso ocorra redução do dividendo obrigatório, ou alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida.
- c) o direito de retirada será deferido ao acionista majoritário se ocorrer a extinção de ações preferenciais ou diminuição de classes existentes, guardando a proporção com as demais espécies e classes, conforme previsto e autorizado no estatuto.
- d) o direito de reembolso dos acionistas dissidentes depende de prova de serem titulares das respectivas ações, na data da realização da Assembléia, e não na data da primeira publicação do edital de convocação da assembléia, ou da comunicação do fato relevante objeto da deliberação.

98) Perde-se a qualidade de comerciante:

- a) pela revogação da autorização para comerciar.
- b) pelo exercício de atividade incompatível com o decoro comercial.
- c) em decorrência de pedido de concordata preventiva.
- d) pela interdição do estabelecimento comercial, com base em poder de polícia do Município.

99) No que concerne aos títulos de crédito, assinale a alternativa correta:

- a) o endosso é ato unilateral de declaração de vontade e deve ser lançado em separado do título de crédito.
- b) o endosso em branco é meio de transferência de propriedade do título, também conhecido como endosso pleno, que traz a indicação do nome do favorecido.
- c) os títulos de crédito podem ser transmitidos pela tradição ou pelo endosso.
- d) o endosso tardio, também conhecido como póstumo, não isenta o endossante da



vinculação cambial, quer seja posterior ao vencimento da letra quer seja posterior ao protesto por falta de pagamento.

100) Assinale a alternativa correta:

- a) para ser considerada modelo de utilidade a criação deverá apresentar os requisitos de ineditismo de forma, industriabilidade e atividade inventiva.
- b) o registro de marca ou patente é sempre obrigatório.
- c) a Lei de Propriedade Industrial protege igualmente a invenção e a descoberta.
- d) podem ser registráveis como marca, segundo a legislação: bandeiras, brasões, cores e suas denominações.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do VIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	D	21	B	41	C	61	A	81	A
2	C	22	D	42	D	62	D	82	D
3	A	23	A	43	B	63	A	83	D
4	B	24	A	44	A	64	C	84	C
5	A	25	D	45	C	65	C	85	D
6	D	26	C	46	C	66	A	86	B
7	A	27	D	47	C	67	B	87	B
8	B	28	D	48	A	68	C	88	D
9	C	29	A	49	C	69	A	89	C
10	D	30	A	50	A	70	C	90	B
11	C	31	D	51	D	71	D	91	C
12	C	32	C	52	A	72	D	92	C
13	D	33	A	53	C	73	A	93	A
14	A	34	B	54	C	74	C	94	A
15	A	35	B	55	C	75	B	95	D
16	D	36	B	56	D	76	C	96	D
17	C	37	A	57	A	77	D	97	B
18	B	38	D	58	B	78	A	98	A
19	D	39	A	59	A	79	A	99	C
20	D	40	C	60	C	80	B	100	A